

AFONSO BOTELHO E OS SERTÕES DO TIBAGI¹

Maria Thereza David João²

Neste artigo, serão apresentados alguns dos resultados obtidos em pesquisa que procurou delinear o papel da comunidade curitibana no contexto de expedições militares realizadas aos sertões do Tibagi, no atual território paranaense. Pretendeu-se também discutir a inserção dessas expedições na política portuguesa de povoamento da segunda metade do século XVIII. A pesquisa baseou-se nos relatórios das expedições redigidos por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ajudante de ordens do governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

Com o objetivo de estabelecer vias de comunicação com as colônias de Sacramento e do Iguatemi, para assim garantir a posse portuguesa do território, entre 1768 e 1773 Afonso Botelho empreendeu uma série de expedições com o fim de explorar os chamados sertões do Rio Tibagi. Dessa maneira, os moradores da região de Curitiba foram compelidos a povoar os novos territórios descobertos, instalando-se em núcleos de povoamento o que, à luz de Brasil Pinheiro Machado, contribuiu para a história da formação de uma comunidade, que foi se autonomizando em relação às demais e construindo a sua própria região³. Estas ações empreendidas por Botelho eram dirigidas pelo governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, que recebia ordens diretas provenientes da Coroa Portuguesa. Isto posto, o estudo destas expedições ofereceu possibilidades para o entendimento de aspectos gerais da política portuguesa de povoamento, bem como trouxe elementos importantes para que se pudesse vislumbrar o papel da comunidade curitibana neste mesmo contexto.

Brasil Pinheiro Machado, ao tratar da expansão da população na região do Paraná, situa um primeiro momento deste movimento como sendo caracterizado pela “expansão espontânea”. Seria esta “a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio”⁴. Nesta situação, a população se expandia independente de orientações da metrópole.

Esta expansão espontânea foi a responsável pelo estabelecimento de núcleos de povoamento em regiões mais interiores da América portuguesa, pois o interesse da Coroa, até então, era mais centrado na faixa litorânea. A partir do reinado de D. João V, a América portuguesa passou, efetivamente, a ser vista como um território potencialmente lucrativo, interessante de ser explorado e povoado, em razão da descoberta de ouro e pedras preciosas, importantes em um momento em que Portugal precisava restabelecer sua economia, já que a descoberta do ouro e dos diamantes no centro do país articulou internamente a colonização portuguesa, possibilitando um reaquecimento da economia⁵.

Reconhece-se, portanto, que “o século XVIII marca, efetivamente, o momento em que a América Portuguesa recebe uma maior atenção do Estado Português, seja no trato da questão da delimitação de fronteiras, seja na expansão do domínio português sobre as terras do sertão, com o intuito de povoá-las e de assegurar, desta maneira, sua posse”⁶.

Em tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná, Antônio C. de A. Santos visa discutir a existência de uma ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII para assegurar a posse portuguesa de seus domínios na América. Logo, trata da questão da institucionalização do povoamento, prática que teve como proposito o Marquês de Pombal. Estas ações conjugavam empreendimentos militares e diplomáticos, pautados em

¹ Pesquisa realizada com bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (DEHIS/UFPR).

² Aluna de graduação em História/UFPR

³ MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n.14, p. 177-205, jul-dez.1987.

⁴ MACHADO, p. 177-205.

⁵ A respeito da situação econômica portuguesa, ver CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa -1750/1822. In.: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁶ SANTOS, Antônio César de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**. Tese de doutorado apresentada a setor de ciências humanas, letras e artes da Universidade Federal do Paraná, 1999 p. 45.

interesses econômicos. Com o Marquês de Pombal, a política portuguesa de povoamento impôs uma nova expansão da população, que passou a atender a um plano político previamente traçado.

Para a execução de tal política, não se poderia mais conceber um governo à distância, tal qual se apresentava, até porque os donatários das capitâncias representavam perigoso exercício de poder, podendo vir a colocar em xeque a própria autoridade da metrópole e seu projeto centralizador. O que se vê, então, é “uma crescente presença de oficiais régios controlando a administração e as questões militares nos domínios portugueses da América. As antigas capitâncias hereditárias passaram a ser tomadas pelo rei (...) de tal forma que, já na metade do século XVIII todo o território brasileiro encontrava-se sob o controle direto de oficiais da administração portuguesa”⁷.

Logo, especialmente nessa segunda metade do século XVIII, via projeto político, ocorre uma transformação no sistema colonial português, devido a uma nova organização administrativa do estado, levada a cabo por Pombal e encabeçada por D. José. Estabeleceu-se, desta forma, uma política mais coesa em relação aos domínios ultramarinos, culminando, inclusive, com a nomeação de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, como secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 1760.

Mais especificamente com relação à institucionalização das ações de povoamento, esta requeria a conquista e efetivação da posse, através de ações diplomáticas, militares e de cunho econômico, conforme já dito. Assim, a Coroa Portuguesa buscava construir o seu “espaço nacional” e, para tanto, tomou as povoações como um objeto a ser privilegiado.

O modelo pombalino centrou-se especialmente nas preocupações com a expansão territorial, urbanização e recuperação econômica. De maneira mais particular no sul do Brasil, a militarização também foi característica extremamente marcante, tendo em vista o período coincidir com a ameaça dos espanhóis no Prata (o período coincide com o da Guerra dos Sete Anos). Especialmente após o Tratado de El Pardo, em 1761, o qual revogava as linhas fronteiriças estabelecidas pelo Tratado de Madrid, a Coroa portuguesa necessitava da implementação de uma política capaz de salvaguardar seus territórios.

A questão espanhola era bastante presente já no início do século XVIII, com a Guerra de Sucessão na Espanha e a ascensão de Filipe V, da dinastia francesa dos Bourbons, ao trono espanhol. Isto sinalizou uma forte aliança franco-espanhola, o que fez com que Portugal procurasse apoio dos ingleses, rendendo hostilidades espanholas na colônia de Sacramento e duas invasões francesas no Rio de Janeiro⁸.

Enquanto a política pombalina sinaliza os contornos gerais tomados pela atuação portuguesa no povoamento das terras do Ultramar, é pela atuação específica de cada governador que é possível perceber as particularidades dessa política e seus efeitos de região para região. A política empreendida na capitania de São Paulo pode ser bem observada pela atuação de D. Luís Antônio de Souza, o Morgado de Mateus. Após um período de subordinação ao Rio de Janeiro (1748-1765), a capitania de São Paulo foi restaurada. A restauração, segundo Heloísa Liberalli Bellotto, estava ligada à revalorização das áreas coloniais, contra a dispersão demográfica e da lavoura, e também ao papel militar no esquema de ofensiva no Prata. Não se pode deixar de perceber que, igualmente, a região de São Paulo serviria como uma espécie de “território-tampão” entre a região hispano-americana do Prata e a área que abarcava Minas e o Rio de Janeiro.

Ainda com relação à restauração da autonomia de São Paulo, é importante salientar que se pretendia uma participação efetiva no combate ao espanhol e a criação de novos proventos à Coroa através de uma dinamização da economia. Nas zonas mineiras e ao sul ameaçado pelos espanhóis concentrava-se a ação da metrópole⁹, que também empreendia ações de povoamento no então Estado do Grão-Pará e Maranhão¹⁰. Ainda, procurava-se a unificação da ação bélica em todo o sul, sob o comando de Gomes Freire de Andrade.

Para a execução do seu governo, D. Luís recebeu duas “Cartas Instrutivas”, contendo diretrizes do Marquês de Pombal, visando especialmente a defesa do território, expansão da economia e fortalecimento do poder real¹¹. É possível afirmar que as “Instruções” eram fundamentalmente militares, e que foi esta característica a predominante em todo o governo do Morgado de Mateus, que se estendeu de 1765 a 1775.

⁷ SANTOS, p. 65.

⁸ WEHLING, Arno; WHELING, Maria José. **A formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 154.

⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Conselho estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979 p. 15.

¹⁰ SANTOS, p. 127.

¹¹ BELLOTTO, p. 81.

O primeiro grande projeto de D. Luiz demonstra adequação às propostas pombalinas, qual seja, o recenseamento da população de São Paulo, para conhecimento do estado militar da capitania. Outra grande preocupação era com a Fazenda e a distribuição de riquezas, questão esta também muito cara ao Marquês. Quando chegado o momento de estabelecer a rota privilegiada para as ações de povoamento, Bellotto assinala que a demarcação era feita pelo território onde havia ouro, demonstrando assim, a preocupação econômica presente nestes empreendimentos. Note-se, porém, que Pombal instruía a D. Luís que ele se utilizasse do ouro como “isca” para fazer os exploradores adentrarem os sertões.

De acordo com Santos, “a atuação do governador paulista esteve, no todo, revestida de caráter marcial, e a proteção militar da porção meridional da América Portuguesa evidentemente orientou a ação de D. Luiz na instalação de novas vilas e povoações na capitania de São Paulo”¹². Bellotto também entende de maneira semelhante e assinala que “a militarização acarretava atuação em outros setores. Salienta-se o fortalecimento e defesa do litoral e o povoamento dos caminhos do sul”¹³. Ainda, “foi no aperfeiçoamento dos caminhos do Sul, toscamente abertos pelos tropeiros, que encontraram as autoridades do Estado do Brasil as possibilidades de socorro ao rio Grande e à colônia de Sacramento, ameaçados pelos espanhóis”¹⁴.

Tendo em vista estas preocupações, D. Luiz deixou o tenente-coronel Afonso Botelho encarregado de uma série de expedições exploratórias aos sertões do Tibagi. O objetivo maior da ação de Afonso Botelho era o de estabelecer vias de comunicação com as colônias de Sacramento e do Iguatemi (MS).

Afonso Botelho, durante o tempo em que duraram as suas ações (1768-1772), redigiu relatórios de viagens que se encontram transcritos nos volumes II, IV e V dos Boletins do Archivo Municipal (BAMC), os quais foram as fontes principais para o desenvolvimento das pesquisas realizadas. Ao todo, foram sete expedições oficiais, segundo os registros encontrados nos Boletins:

- a primeira data de cinco de dezembro de 1768, comandada por Domingos Lopes Cascaes, e parte do Rio do Registro (Iguacu).
- a segunda expedição é do dia vinte de junho de 1769, tendo como comandante Estevão Ribeiro Bayão, e parte do Porto de S. Bento no rio Tibagi.
- a terceira inicia-se com Francisco Nunes a doze de agosto de 1769, também no Porto de S. Bento (mais tarde substituído por Francisco Lopes da Silveira).
- a quarta expedição é de vinte e oito de agosto de 1769, sob o comando de Bruno da Costa Filgueira, e parte do Rio do Registro.
- a quinta, de dezesseis de outubro de 1769, foi comandada por Antônio da Silveira Peixoto, partindo do Porto de N. Sra. da Conceição do Caiacanga, também no rio do Registro.
- a sexta foi sob comando de Francisco Martins Lustosa, e entrou pelo Carrapato em vinte de julho de 1770.
- a sétima e última expedição parte do Carrapato (na serra de São Luís do Purunã), no dia 26 de julho de 1770 na presença do próprio Afonso Botelho.

Toda a estrutura das expedições dos Campos Gerais foi voltada para a exploração de territórios até então desconhecidos e para os preparativos necessários à fixação de pessoas na região. Ao longo dos caminhos, eram organizados pousos, currais, roças, núcleos de arraiais que se constituíram em povoados e vilas, habitados por curitibanos e paulistas¹⁵. Nota-se aí a influência da política pombalina que, segundo Maxwell¹⁶, caracterizava um regime inspirado em um absolutismo lógico e seu autoritarismo era essencial para o processo de restabelecimento do controle nacional sobre a economia e a revitalização do estado português. Este dado torna-se particularmente interessante se nos atentarmos ao fato de que, em um momento anterior, o interesse na exploração das terras do planalto curitibano se deu pela busca do ouro. Os mineradores subiram seguindo as margens dos rios que desaguavam na base de Paranaguá e se assentaram nas regiões do planalto, onde fundaram os arraiais em que

¹² SANTOS, Antônio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In.: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

¹³ BELLOTTO, p. 105.

¹⁴ BELLOTTO, p. 44.

¹⁵ NADALIN, Sérgio. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 49.

¹⁶ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p 19.

praticavam agricultura de subsistência. Anteriormente ao século XVIII, as populações de Paranaguá e Curitiba tinham, como base de sua própria vida, o descobrimento e a exploração do ouro, sob a proteção dos governadores do Rio de Janeiro¹⁷.

Entretanto, para melhor compreender a questão relativa aos sertões do Tibagi é importante perceber que ela está inserida em um conjunto de ações exploratórias, na qual está contemplada a instalação do presídio e povoação do Iguatemi, que se deu concomitantemente às expedições ao Tibagi. D. Luiz pretendia, com isso, “(...) atingir dois objetivos: camuflar sua intenção quanto ao Iguatemi (“descobrir os certões do Ivaí, Rio que desagaua junto as Sette Quedas e dá entrada para o Paraguai”) e tomar posse da área de Apucarana, Guarapuava e Tibagi”¹⁸.

O sertão do Tibagi englobava a região do vale do rio Tibagi, rio Ivaí e serra de Apucarana, até o rio Corumbataí. Dadas as enormes dificuldades em recrutar a população para fazer parte destas expedições, cujo a maior medo era o de defrontar-se com indígenas, e para facilitar a ocupação do território, foi liberada a exploração da mineração naquela área. O objetivo de D. Luís, consoante ao de Pombal, era alargar a fronteira e fortalecer-se contra o avanço espanhol.

Como bem observam os autores de **História do Paraná**, no momento de incitar a população a fazer parte das expedições sertão adentro, a impossibilidade de se apossar das riquezas e de escravizar os índios, fez com que D. Luiz resolvesse fazer soldados no Paraná e conquistar o Tibagi, por não conseguir convencer os paulistas¹⁹. Observando a documentação, percebe-se um afluxo muito grande de pessoas da vila de Curitiba e regiões próximas, consolidando sua posição de núcleo irradiador de população. Contudo, ainda se observa a presença de pessoas advindas da região de São Paulo, especialmente da região da Cananéia, no litoral.

Além da Cananéia, pessoas de Iguape e Paranaguá tiveram grande participação nestas expedições, o que permite aferir a presença maciça de pessoas advindas de regiões litorâneas e não tanto de indivíduos procedentes do planalto. Isto se explica tendo em vista a grande importância que os rios tinham para tais expedições, lembrando, por exemplo, que as expedições se fizeram tendo em vista os cursos dos rios Tibagi e Iguaçu. Afonso Botelho, então, além de recrutar pessoas familiarizadas aos sertões, recrutou pessoas também familiarizadas com os rios, e como as populações litorâneas estavam acostumada a andar de embarcações e a sobreviverem nas bordas dos rios, era importante a sua presença²⁰.

Ainda que a política de povoamento portuguesa conservasse em seu todo um plano comum às áreas colonizadas, não é possível ignorar que, quando da execução das linhas impostas pela Coroa, as condições particulares de cada região conferiam a cada ação caráter muito próprio, facilmente perceptível na documentação do período. A este respeito, o historiador Boris Fausto diz que, “por certo, era na metrópole que se tomavam as decisões centrais, mas os administradores do Brasil tinham de improvisar medidas, diante de situações novas, e ficavam muitas vezes se equilibrando entre as pressões imediatas dos colonizadores e as instruções emanadas da distante Lisboa”²¹. Isto não significa, contudo, que os governadores tenham efetuado seus mandos desconsoantes às normas advindas de Portugal, mas sim que, face à realidade por eles enfrentada, procuraram adaptá-las às condições em que se encontravam.

Um claro exemplo desta situação aparece no momento em que se faz uma comparação entre as ações de povoamento empreendidas nas mais diversas regiões do Brasil, a começar pelo Norte, onde fundamentalmente procurou-se regular a situação indígena. Ao sul, e sem o risco de parecer redundante, é possível afirmar que a característica principal que guiou toda a política ali empreendida teve cunho marcial. A guerra com os espanhóis e a premência pela manutenção dos territórios conquistados foi sem dúvida o mais importante objetivo a ser atingido na região à época de Pombal, o qual traçou claras diretrizes a serem seguidas em vista da situação de beligerância. Santos, porém, atenta para o fato de que “deve-se entender que as ações de D. Luiz Antônio de Souza frente ao governo da capitania de São Paulo não foram isoladas ou determinadas única e exclusivamente pelas tensões existentes no sul do Brasil”²². Contudo, não há como negar que foi justamente a existência destes conflitos que deu contornos bastante particulares aos projetos de povoamento empreendidos no sul a esta época.

¹⁷ BALHANA, Altiva P.; WESTPHALEN, C.; MACHADO, Brasil P. **História do Paraná**, v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p.32.

¹⁸ BELLOTTO, p. 159.

¹⁹ BALHANA, p.73.

²⁰ MACHADO, p. 191.

²¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 62.

²² SANTOS, Antônio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In.: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003

Não fosse assim, dificilmente se explicaria a existência, no período, de vasto material visando o reconhecimento militar da região. Os já referidos relatórios de Afonso Botelho são parte desta documentação, que se configurou em uma exigência da Coroa. Os relatos deveriam conter detalhada descrição geográfica do local, a fim de se conhecer a fundo a região explorada e ponderar os obstáculos a serem encontrados. A confecção de mapas das localidades também pode ser enquadrada dentro da estratégia militar. Ainda, quando D. Luiz mandou realizar o censo para conhecimento da população, fica evidente a preocupação militar. As chamadas “Listas de Ordenanças”, sendo a primeira datada de 1766, buscavam relacionar homens de doze a sessenta anos, considerada esta a população em idade de servir.

Contudo, e tratando novamente da atuação de Afonso Botelho, as ordens da Coroa não foram seguidas conforme o esperado. Tal procedimento fica claro quando observado o registro de uma minuta de correspondência de Martinho de Mello e Castro (então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos) ao governador de São Paulo, na qual são tecidos comentários acerca de um plano de D. Luís para a posse da “parte meridional da América Portuguesa”, dirigido ao Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria²³. O parágrafo terceiro do registro não poderia ser mais claro, ao referir-se ao “Plano” do Morgado de Mateus. Diz ele: “Examinando-se porém o dito Plano, o que nele se vê: um agregado de disposições contrárias, e diametralmente opostas às ordens com que sua majestade mandou instruir Vossa Senhoria nas sobreditas Cartas ao 1º. de outubro de 1771; e de 20 de novembro de 1772”.²⁴

Um exemplo da discordância apontada por Mello e Castro é no tocante à ocupação da Serra do Maracaju. Segundo o “Plano”, a ocupação da serra deveria ser feita o quanto antes. Mas, à luz das imposições da Coroa, tal ação era condenada, devendo ser feita somente em caso de ruptura, ou se fosse percebido o interesse castelhano em ocupar a serra. Logo, nota-se que as instalações eram pré-ordenadas pela Coroa segundo os objetivos pretendidos, mas a maneira pela qual seriam feitas era de responsabilidade do governador.

A fim de ilustrar esta situação, observe-se o comportamento mais uma vez de D. Luiz. O governador tinha em mente qual era o ideal português (no caso, o pombalino), e procurava dirigir sua atenção a estes preceitos, presentes principalmente nas “Instruções” que recebera ao início do governo. Todavia, de suas observações resultavam idéias que nem sempre estavam acordadas previamente com a Coroa, e para as quais era dada a liberdade para que agisse segundo melhor conviesse, desde que, obviamente, não se configurasse em desrespeito à política imposta.

Novamente iremos nos valer das considerações de Santos, quando este relata as primeiras impressões do Morgado de Mateus como governador de São Paulo. Diz Santos que o que chamou a atenção de D. Luiz foi o fato da distribuição das vilas paulistas, pois para ele “tais povoações não poderiam se desenvolver e tampouco atender aos interesses do rei português”²⁵. Então, ordenou que se desse princípio às novas povoações, bem como ao aumento da lavoura e do comércio.

Retomando as expedições do Tibagi, resta considerar a situação dos índios frente ao projeto pombalino. A orientação passada acerca do trato com os índios, e que chega até o Brasil, é a da sua integração ao projeto político e centralizador da Coroa Portuguesa. Na região que mais nos interessa, a do Tibagi, o que se percebe é uma tentativa de adequar-se a esta instrução, tendo em vista os relatos de Botelho que contam o encontro com os índios. Tem-se o relato de uma atitude pacífica em relação aos índios, e a preocupação em trazê-los à civilidade especialmente por intermédio da atuação da Igreja. Veja-se por exemplo trecho redigido por Afonso Botelho por ocasião da descoberta dos Campos de Guarapuava, e que exemplifica a preocupação exposta acima: “O mesmo Senhor permita-lhes luz para acertarem com o caminho da sua divina lei, e os traga ao grêmio da Igreja, e a mim forças para continuar n'esta grande obra”²⁶. Ainda, julga-se interessante transcrever outro trecho deste mesmo relato escrito por Botelho pois, a partir dele, é possível observar a coerência das ações que estavam sendo empreendidas com o ideal proposto por Pombal: “Depois de ter dado a referida conta, vendo a insuficiência do lugar, em que se tinham principiado a fortificação antes da minha chegada, imediatamente me dispuz a fazer a eleição e a mudança de outra melhor posição para construir uma fortaleza, que com respeito militar possa conservar nestes sertões a obediência dos

²³ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

²⁴ PEREIRA, p.17.

²⁵ SANTOS, p. 5.

²⁶ **Monumenta**. Curitiba, v. 3, n. 9, 2000. Documentação sobre povos indígenas, séculos XVIII e XIX.P.40.

*bárbaros, que neles habitam, e defesa do país, em que se podem estabelecer opulentíssimas povoações com multiplicadas fazendas de campo, a que está convidando o ameno destes deliciosos e férteis campos*²⁷.

Entretanto, é permitido duvidar destes relatos, questionando se o tratamento dado aos índios foi tão pacífico quanto se conta. Talvez as cartas de prestação de contas estivessem interessadas em passar boa impressão à Coroa. Importante contribuição neste sentido vem da já referida minuta de correspondência de Mello e Castro, pois o mesmo dedica especial atenção à questão indígena, delatando flagrante desrespeito de Afonso Botelho no tratamento com os índios: “O tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, comandante de uma das expedições do Tibagi leva ainda mais longe a sua inumanidade: porque em uma de suas cartas que escreveu V.S.a. com data de 1772 lhe diz: *Que se fazem precisas outras ordens e outras forças para se tratarem os índios, como inimigos; por que enquanto não as haver, para diretamente ir aos seus alojamentos, queimá-los e destruí-los, degolar todos os homens deixando somente as mulheres e os meninos, para os educar em povoado*”.

Ainda, tendo em vista a “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”, do Padre Francisco Chagas Lima, datada do ano de 1809, portanto, quase quarenta anos após a atuação de Afonso Botelho, pode-se verificar os efeitos que a longo prazo se fizeram sentir na região em decorrência da política pombalina. Mesmo após a morte de D. José e o afastamento de Pombal, é notável que as políticas por eles empreendidas, e aqui já assinaladas, tenham permanecido, conforme se observa no documento de Chagas Lima: “A primeira conquista ou posse, que dos ditos se fez, foi no tempo do Capitão General D. Luiz de Souza, em execução às instruções que recebeu do marquês de Pombal, o qual conheceu que os descobertos para as partes do Rio Paraná, além dos interesses que podiam dar ao estado, facilitando a comunicação com o Paraguai e suas adjacências, vigiariam as fronteiras, estabelecendo aí algumas colônias (...)”²⁸.

A questão da delimitação das fronteiras, impulsionada pelo perigo que os espanhóis representavam é, sem dúvida, essencial no tocante à análise dos empreendimentos realizados por Afonso Botelho. Vigorava na época o princípio do *uti possidetis*; ou seja, quem povoasse antes o território tinha a sua posse. Observe-se trecho das “Instruções sobre a expedição que partiu do Porto de São Bento sob o comando de Estevão Bayão”, redigida por Afonso Botelho, no ano de 1769: “Em todo lugar que o capitão tiver alguma demora fará roças para bastante planta, cuja se fará em toda ocasião que houver, e a todos os campos que encontrar porá fogo, e sempre na entrada e saída das matas fará cortas árvores grandes, e em outras fará cruzes e descreverá alguns caracteres nos troncos das árvores e em pedras, que digam <<Viva El-Rei de Portugal>> e outras coisas semelhantes, que em todo tempo se conheça chegou por aí a expedição; nas barras dos rios e lugares mais notáveis deixarão os ditos caracteres, e no roteiro virão marcados para saber onde ficam”²⁹. Este trecho demonstra justamente a preocupação em delimitar o território que estava sendo explorado, face ao medo da perda de domínios, marcando as fronteiras do Império Português. Obviamente que somente a inscrição em pedras e árvores não iria *per si* assegurar a posse do território, por isso a necessidade do estabelecimento de sentinelas nas regiões que fossem sendo exploradas, mas já sinaliza os contornos geográficos que o território em questão veio a tomar.

A constituição das roças também é importante nesse mesmo sentido, pois permitiam a fixação da população no território. As roças constituem importante elemento dentro da política portuguesa de povoamento. Há sempre a instrução para que de tantas em tantas léguas se plantasse uma roça. Primeiro, porque permitiam o sustento dos homens que se encontravam nos sertões. Segundo porque, a longo prazo, o produto destas roças serviria para alimentar muito mais gente, promovendo um desenvolvimento da região e a fixação de pessoas no território. Ainda, representavam uma redução dos gastos com a fixação os moradores, dada a dificuldade econômica em que se encontrava Portugal, já que eles mesmos poderiam, então, ser capazes de prover a própria subsistência.

Em relação aos efeitos produzidos pelas expedições, não se pode deixar de considerar igualmente que estas expedições, todas de grande porte, trouxeram significativas mudanças na organização das regiões próximas. A Vila de Curitiba, que até então não exercia influência significativa, passa a ser centro irradiador de população, e as expedições trazem consigo toda uma exigência para sua manutenção que culmina com a formação de um novo mercado e com o desenvolvimento dos mercados já existentes.

Observa-se ainda que não só a Vila de Curitiba foi privilegiada neste sentido. A partir do momento em que as expedições demandavam gêneros para seu abastecimento, localidades como a Capela do Tamanduá e Paranaguá conheceram prosperidade, pois se consolidaram como fornecedores. Com o desenvolvimento de novas regiões,

²⁷ MONUMENTA, p. 44.

²⁸ MONUMENTA, p. 56.

²⁹ Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Divisão de Arquivo do Estado. Vários volumes, 1913-1978.p.96.

promoveu-se o comércio e a ligação do território, o que provocou uma unidade que culminou enfim na constituição de um território paranaense. Apenas note-se que a preocupação com a constituição de um território paranaense inexistia na cabeça dos homens desta época, que pretendiam o desenvolvimento da região, mas não a autonomia política.

Outra necessidade imposta pelas expedições foi o fornecimento de animais, o que levou ao desenvolvimento das fazendas de gado da região. As mesmas, ainda, como produtoras de gêneros alimentícios necessários, como feijão, farinha e milho, puderam contar com grande negócio com estas expedições.

Ainda, eram requeridos serviços como os de alfaiate, para vestimenta das índias, e de ferreiro, para o conserto de armas. Estas pequenas demandas ocorridas em virtude das necessidades das expedições foram aos poucos contribuindo ao desenvolvimento de uma região que até então tinha um papel apagado em relação a São Paulo, por exemplo.

Conclusão

A pesquisa realizada, então, teve como objetivo apresentar, em primeiro lugar, noções relativas ao contexto em que se deram as expedições de Afonso Botelho aos sertões do Tibagi. Partindo disso, procurou-se entender de que maneira essas expedições se inseriam na política portuguesa de povoamento, dado o caso brasileiro, e mais especificamente de sua região sul.

A partir das diretrizes do Marquês de Pombal a D. Luís de Souza Botelho, e da ação de Afonso Botelho, foi possível verificar a aplicação desta política de povoamento em nível local, bem como quais os efeitos por ela produzidos.

Verificou-se, por exemplo, que a consolidação de Curitiba como núcleo irradiador de população, bem como a expansão desta mesma população, contribuiram para a formação de uma comunidade regional, que mais tarde veio a se tornar o estado do Paraná.

Essa “irradiação”, informada por Brasil Pinheiro Machado, manifesta-se de maneira mais explícita a partir de 1765, com a reinstalação do governo-geral da capitania de São Paulo e, em decorrência disso, da presença de Afonso Botelho em Curitiba, cujas ações foram apresentadas neste artigo.

Além da questão da expansão populacional, as expedições ao Tibagi englobam outros fatores importantes. Primeiro, proporcionaram a fixação de moradores na região, com o plantio de roças que permitiam a subsistência sertão adentro, em uma localidade praticamente inexplorada. Também foram essenciais no tocante à delimitação de fronteiras, tendo em vista o permanente estado de beligerância entre portugueses e espanhóis. A abertura de caminhos foi igualmente fator importante, pois permitiu a comunicação do território e, por esta mesma razão, a consolidação de uma unidade.

Em conclusão, é possível afirmar que estes fatores, em conjunto, sinalizam a importância dos estudos das ações empreendidas ao Tibagi, pois fazem parte de um importante capítulo de história regional, especialmente interessante se entendermos “a história do Brasil, como da formação de um povo e de uma nação, como história interna é formada de histórias regionais que, por justaposição, formaram a história geral da nacionalidade”³⁰, conforme apresentada por Pinheiro Machado.

³⁰ MACHADO, p.183.

Referências Bibliográficas

- BALHANA, Altiva P.; WESTPHALEN, C.; MACHADO, Brasil P. **História do Paraná**, v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Conselho estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa -1750/1822. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARNEIRO, David. **História da emancipação do Paraná**. Curitiba, 1954.
- Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo**. Divisão de Arquivo do Estado. Vários volumes, 1913-1978.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 62.
- JOÃO, Maria Thereza David. **Expansão de Curitiba no século XVIII: Afonso Botelho e os sertões do Tibagi**. Curitiba, 2004. Relatório (Iniciação Científica). Universidade Federal do Paraná; CNPq.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n.14, p. 177-205, jul-dez.1987.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- Monumenta**. Curitiba, v. 3, n. 9, 2000. Documentação sobre povos indígenas, séculos XVIII e XIX.
- NEGRÃO, Francisco (ed.). **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Curitiba: Câmara Municipal, 1906-32, 62 volumes
- NADALIN, Sérgio. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 49.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.
- SANTOS, Antônio César de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**. Tese de doutorado apresentada a setor de ciências humanas, letras e artes da Universidade Federal do Paraná, 1999p. 45.
- WHELING, Arno; WHELING, Maria José. **A formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.